

Competitividade do Ambiente e o Desempenho em Responsabilidade Social Corporativa

SADY MAZZIONI

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

SIRLENE KOPROWSKI

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

CRISTIAN BAÚ DAL MAGRO

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

SILVANA DALMUTT KRUGER

Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Resumo

O objetivo do estudo é verificar a influência de fatores de competitividade do ambiente no desempenho em Responsabilidade Social Corporativa (RSC), em âmbito internacional. Para tanto, realizou-se uma pesquisa caracterizada como quantitativa, documental e explicativa. A amostra da pesquisa é composta por 4.598 empresas que possuíam dados disponíveis para operacionalizar as variáveis selecionadas, localizadas em 41 países. A coleta dos dados foi realizada no site CSRHub (variável dependente), no Relatório de Competitividade Global, no Índice de Percepção da Corrupção e na base de dados *Thomson Reuters* (variáveis de controle). Os resultados indicaram que o desempenho em RSC das empresas é influenciado positivamente pela maior estabilidade macroeconômica, maior capacidade de inovação e pela origem *common law* dos países. Em países com mercado de trabalho e sistema financeiro mais deficientes e menos transparentes, as empresas estão mais propensas a apresentar desempenho superior em RSC. Ou seja, em certas situações, as empresas precisam responder as deficiências do ambiente, investindo em práticas de RSC. Em outros cenários, determinados fatores do ambiente têm o potencial de impulsionar maiores desempenhos em RSC das empresas. Como contribuição teórica, os resultados permitem afirmar que a estabilidade macroeconômica e a capacidade de inovação do país, demonstraram-se como impulsionadores da RSC, enquanto fatores referentes ao mercado de trabalho, sistema financeiro e transparência e tamanho do mercado apresentaram influências negativas sobre o desempenho em RSC. Como contribuição prática, os achados podem ser relevantes para as companhias que almejam expandir seus negócios para outros países. O conhecimento prévio dos fatores de competitividade, que influenciam no comportamento em RSC esperado pelas partes interessadas, pode auxiliar na formulação de estratégias empresariais para atender tais expectativas e obter êxito na atuação.

Palavras-chave: Fatores de País, Competitividade, Desempenho em RSC.

1 INTRODUÇÃO

É constante, e cada vez mais intensa, a pressão enfrentada pelas empresas para melhoria de suas ações e posturas estratégicas, referentes às questões sociais e ambientais (Boulouta & Pitelis, 2014). Neste cenário, as corporações precisam responder as demandas, por meio da adoção de comportamentos socialmente éticos e direcionados a mitigar os impactos causados por suas atividades (Acabado, Branca, Catalão-Lopes & Pina, 2019).

A real necessidade da RSC foi constatada quando os benefícios advindos do crescimento econômico dos setores empresariais não atenderam as necessidades sociais e as preocupações ambientais. Embora apresentassem negócios economicamente viáveis, as empresas passaram a ser avaliadas pelo seu potencial de desempenho social e pelas ações ambientalmente corretas. Consequentemente, as empresas enfrentam, cada vez mais, o escrutínio social e a pressão das partes interessadas por posturas socialmente justas e responsáveis (Pradhan & Nibedita, 2019).

Ademais, à medida em que as empresas expandem seus negócios internacionalmente, precisam considerar responsabilidades que ultrapassam questões econômicas e de rentabilidade, assumindo obrigações sociais e ambientais que se diferem consideravelmente em cada contexto (Ho, Wang & Vitell, 2012). Desse modo, admite-se que o nível de envolvimento empresarial em questões socialmente responsáveis, diferencia-se entre os países e regiões de todo mundo, além das distintas políticas de RSC, planos e programas instituídos em cada sistema nacional (Halkos & Skouloudis, 2017).

Considera-se, portanto, que as características presentes no contexto institucional e macroeconômico em que as organizações estão inseridas, podem exercer relevante influência sobre a postura das empresas em relação ao seu envolvimento e comprometimento socialmente responsável (Chih, Chih & Chen, 2010; Preuss, Barkemeyer & Glavas, 2016). Como por exemplo, os fatores ligados a competitividade nacional, já que possuem o potencial de contribuir com padrões de vida mais elevados, além de garantirem os recursos inerentes ao atendimento de objetivos sociais de maior amplitude (World Economic Forum, 2018).

A definição de competitividade do país, de acordo com o World Economic Forum (2017) está fortemente atrelada a palavra "produtividade", sendo que a relevância desta última deve-se ao seu potencial em impulsionar os níveis de crescimento e renda. Estes por sua vez, estão amplamente relacionados à promoção do bem-estar humano. Compreender os fatores que movem essa cadeia torna-se muito importante, dada a propensão do país em obter um crescimento sustentável e inclusivo (World Economic Forum, 2017).

Desde 1979, o Relatório de Competitividade Global é publicado pelo Fórum Econômico Mundial com o intuito de proporcionar aos gestores políticos e demais partes interessadas de todo o mundo, uma ampla análise anual composta por 12 principais impulsionadores ou "pilares" do crescimento a longo prazo e da produtividade do país (World Economic Forum, 2018).

No meio acadêmico, observa-se um fluxo menor e mais recente da literatura com interesse na averiguação das diferenças entre as práticas e o desempenho em RSC das corporações (comparativamente entre países e regiões distintas), além de identificar os fatores do ambiente das nações responsáveis por tais divergências (Thanetsunthorn & Wuthisatian, 2018). Dentre os fatores que compõem o Relatório de Competitividade Global e que têm sido utilizados nos estudos que avaliam a RSC, estão: nível de estabilidade macroeconômica (Chih *et al.*, 2010); mercado de trabalho (Chih *et al.*, 2010); Preuss *et al.*, 2016); sistema financeiro (Jo, Kim & Park, 2015; Jamali, Karam, Yin & Soundararajan, 2017); tamanho do mercado (Jamali *et al.*, 2017; Kühn, Stiglbauer & Fifka, 2018); e, capacidade de inovação (Halkos & Skouloudis, 2018).

Apesar de serem identificadas diversas pesquisas que utilizaram fatores relacionados à competitividade do ambiente para explicar a RSC (Campbell, 2007; Chih *et al.*, 2010; Amann, Jaussaud & Martinez, 2012; Boulouta & Pitelis, 2014; Preuss *et al.*, 2016; Halkos & Skouloudis, 2018; Kühn *et al.*, 2018; Acabado *et al.*, 2019), ainda não há consenso nos resultados empíricos, sobre a forma que estas características podem impactar no comportamento socialmente responsável das empresas de todo o mundo.

A partir do contexto apresentado, a pesquisa pretende responder a seguinte questão de pesquisa: qual a influência de fatores de competitividade do ambiente no desempenho em Responsabilidade Social Corporativa? O objetivo da pesquisa consiste em verificar a influência de fatores de competitividade do ambiente no desempenho em Responsabilidade Social Corporativa, no âmbito internacional.

Desse modo, busca-se contribuir com a agenda de pesquisa sobre os determinantes da RSC, ao analisar se as diferenças nos fatores de competitividade do ambiente afetam a postura empresarial socialmente responsável. A relevância da abordagem decorre da expansão cada vez maior dos negócios corporativos por todo o mundo. Como justificativa do estudo, admite-se que as especificidades econômicas e institucionais dos países apresentam potencial para influenciar estratégias de RSC (Duran & Bajo, 2014), pois moldam uma série de fatores que pressionam as companhias a terem um envolvimento ativo (ou não) em questões de RSC (Halkos & Skouloudis, 2017).

Ademais, tem-se como diferencial da pesquisa a medida de RSC adotada, a qual possui maior amplitude em relação aos índices de evidenciação de informações, cuja vertente é predominante nos estudos prévios sobre os determinantes de RSC. Nesse aspecto, entende-se que a busca de uma medida abrangente sobre as atividades empresariais socialmente responsáveis, desenvolvidas em prol das partes interessadas, é um desafio constante (Crisóstomo & Oliveira, 2016), concedendo relevância ao estudo.

Os achados da pesquisa indicaram que os fatores de competitividade do ambiente influenciam de formas distintas o comportamento empresarial socialmente responsável. A estabilidade macroeconômica e a capacidade de inovação do país, demonstraram-se como impulsionadores da RSC, enquanto fatores referentes ao mercado de trabalho, sistema financeiro e tamanho do mercado apresentaram influências negativas sobre o desempenho em RSC das organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E HIPÓTESES

A competitividade em nível nacional pode ser entendida como a posição de um país no mercado internacional comparativamente com outras nações, cujo desenvolvimento econômico é semelhante (Önsel *et al.*, 2008). Ou ainda, como a capacidade do país em produzir e distribuir bens e serviços na economia internacional, de forma concorrente com outros países, promovendo uma melhoria no nível de vida da população (Scott, 1985).

Especificamente para as discussões deste estudo, considera-se o conceito atribuído pelo World Economic Forum (2017), o qual define a competitividade econômica como “o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país”.

Em virtude das pressões advindas da globalização, o mercado deixou de ser restrito a uma localização geográfica em especial. Tornando-se assim, essencial uma estrutura ou forma de analisar a posição competitiva de determinada nação no mercado internacional, ao invés de priorizar medidas internas de produtividade (Önsel *et al.*, 2008).

Há quarenta anos, o Relatório de Competitividade Global, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, têm oferecido aos líderes políticos e empresarias, além de outras partes

interessadas, a possibilidade de avaliar de forma anual, os principais propulsores do crescimento a longo prazo das economias mundiais (World Economic Forum, 2018). O objetivo primordial do Relatório é identificar os fatores que determinam o crescimento e desenvolvimento econômico, além de discutir as razões pelas quais, alguns países possuem melhores elevações dos níveis de renda (Observatório Internacional Sebrae, 2019).

Há o entendimento de que para as companhias terem capacidade de empreender seus negócios e agregarem vantagem competitiva no mercado global, torna-se necessário o amparo do país em questão de eficiência das instituições públicas, adequadas infraestruturas educacional, de saúde e comunicação, assim como estabilidade política e econômica (Önsel *et al.*, 2008). Adentrando na relação entre a competitividade do país e a RSC, considera-se que, a forma e intensidade com que as empresas respondem às exigências e expectativas das partes interessadas, depende do ambiente institucional, político e econômico em que operam (Campbell, 2007).

Nesse aspecto, as evidências averiguadas por Acabado *et al.* (2019) indicam que companhias pertencentes aos ambientes mais competitivos tendem a apresentar maiores desempenhos em RSC, principalmente em relação aos empregados e ao meio ambiente. O que torna pertinente afirmar que economias competitivas possuem maior probabilidade de obter crescimento de forma sustentável e inclusiva, permitindo que todos na sociedade desfrutem do crescimento econômico auferido (World Economic Forum, 2017).

Atualmente, a estrutura do Relatório de Competitividade Global é composta por 12 principais impulsionadores da produtividade nacional, denominados “pilares” no relatório. Neste estudo, analisa-se o impacto de cinco destes pilares sobre o desempenho em RSC: estabilidade macroeconômica (pilar 4), mercado de trabalho (pilar 8), sistema financeiro (pilar 9), tamanho do mercado (pilar 10) e capacidade de inovação (pilar 12) (World Economic Forum, 2018).

2.1 Estabilidade macroeconômica

A estabilidade macroeconômica é representada pelo nível de inflação e a sustentabilidade da política fiscal nacional (World Economic Forum, 2018). A importância para a competitividade do país destas duas vertentes terem bons níveis de previsibilidade e sustentabilidade é refletida na redução de incertezas, melhor definição sobre os retornos esperados de investimentos e aumento da confiança nos negócios. Além disso, a confiança na estabilidade macroeconômica evita a fuga de capitais e, conseqüentemente, efeitos econômicos negativos (World Economic Forum, 2018).

Ressalta-se a importância da estabilidade macroeconômica no engajamento em RSC, tendo em vista que as condições de um ambiente economicamente instável podem refletir diretamente na lucratividade dos negócios e conseqüentemente, no comportamento empresarial socialmente responsável (Campbell, 2007).

Tal tendência é confirmada pelo estudo de Chih *et al.* (2010), ao encontrar que empresas financeiras de países com melhor ambiente macroeconômico (medido de acordo com a taxa de inflação), tendem a ter maior envolvimento em questões de RSC, como compor carteiras específicas da área. Também pela pesquisa de Halkos e Skouloudis (2016), ao proporcionar evidências empíricas de que o engajamento nacional em RSC depende da estabilidade macroeconômica do país (com base no Relatório de Competitividade Global).

Admite-se, portanto que, ambientes marcados por instabilidade econômica, ou seja, com alta inflação, pouco crescimento na produtividade e fraca confiança do consumidor, proporcionam menor probabilidade de as empresas desenvolverem suas atividades empresariais

de forma socialmente responsável. Argumenta-se que, nestas situações, há dificuldades para as empresas auferirem lucros a curto prazo, tornando-se menos propensas ao engajamento em atividades relacionadas a RSC (Campbell, 2007).

Neste contexto, propõem-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H₁: empresas localizadas em países com maior estabilidade macroeconômica apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa.

2.2 Mercado de trabalho

O fator de competitividade referente ao mercado de trabalho compreende a medida em que os recursos humanos do país podem ser reorganizados (flexibilidade) e até que ponto são aproveitados (gestão de talentos). Acredita-se que a produtividade do país é impulsionada pelo adequado funcionamento do mercado de trabalho, marcado pela adequada alocação da mão de obra, de acordo com as suas competências e o desenvolvimento de talentos, para retenção máxima do seu potencial (World Economic Forum, 2018).

Ademais, a combinação da flexibilidade de reorganização e gestão com um nível adequado de proteção dos direitos básicos dos trabalhadores, permite aos países a realocação dos recursos humanos para setores emergentes, além de proporcionar maior incentivo aos empregados a assumir riscos e motivação cotidiana (World Economic Forum, 2018).

Pesquisas anteriores confirmam que empresas pertencentes aos países com relações mais cooperativas entre empregador-empregado, ou seja, com melhor funcionamento do mercado de trabalho, tendem a apresentar maior engajamento em atividades de RSC, a pertencer a carteiras de pontuações específicas de RSC (Chih *et al.*, 2010) e maior adoção de códigos de conduta (Preuss *et al.*, 2016). Neste último caso, confirma-se o chamado “efeito espelho” em que a maior adoção de códigos de condutas, reflete o bom funcionamento do mercado de trabalho (Preuss *et al.*, 2016).

Países que possuem associações comerciais ou de empregadores organizadas com o intuito de direcionar os comportamentos empresariais para a responsabilidade social, tem o potencial de incentivar as organizações a desenvolverem suas relações com empregados de forma responsável. Ademais, as empresas que mantêm diálogos institucionalizados com sindicatos, empregados, comunidade, investidores e demais partes interessadas, tendem a ter uma atuação empresarial mais responsável socialmente (Campbell, 2007).

Neste contexto, apresenta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H₂: empresas localizadas em países com melhor mercado de trabalho apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa.

2.3 Sistema financeiro

A vertente referente ao sistema financeiro abrange, em nível nacional, a disponibilidade de crédito, capital próprio, dívidas, seguros e demais produtos financeiros, além de fatores ligados a estabilidade, como redução do risco e do comportamento oportunista do sistema financeiro (World Economic Forum, 2018).

Este fator pode contribuir com a produtividade do país de três diferentes formas: (i) reunindo e destinando a poupança em investimentos produtivos; (ii) otimizando a alocação de capital para investimentos promissores por meio do correto monitoramento de tomadores e; (iii) promovendo um sistema de pagamento eficiente (World Economic Forum, 2018).

As organizações, especificamente corporações com fins lucrativos, necessitam de capital para serem fundadas, administradas, crescerem e assim, gerirem suas atividades

empresariais de maneira socialmente responsável. Para isso, necessitam de financiamento, geralmente advindo de fontes externas às empresas (Laasch & Conaway, 2015).

O adequado desenvolvimento do sistema financeiro pode trazer diversos benefícios, tais como: (i) taxas de juros de mercado atrativas que refletem diversas oportunidades de investimentos; (ii) maior proteção contra imprevistos por meio da disponibilidade de crédito, proporcionando maior estabilidade à sociedade e; (iii) impulsiona o desenvolvimento e modernização, ampliando o potencial consumidor do público (Scholtens, 2006). Esse cenário pode fazer com que as organizações se sintam mais confiantes em investir também em atividades de RSC, considerando que em ambientes com um sistema financeiro sólido, as empresas teriam mais condições, mediante disponibilidade de crédito e demais negociações financeiras, de empreenderem seus negócios de forma a atender todas as partes interessadas.

Além disso, também se ressalta a necessidade da adequada regulamentação sobre as instituições financeiras, visando garantir a apropriada alocação de capital e inibir crises neste segmento, que possam acarretar efeitos negativos na economia nacional (World Economic Forum, 2018). Legislações nesse sentido, como os Princípios do Equador, buscam garantir que grandes empréstimos (mais de US \$ 50 milhões), advindos das instituições financeiras, sejam destinados para clientes que atendam aos critérios específicos relacionados a RSC, confirmando a posição deste segmento em prol da sociedade (Heal, 2005).

Diante de tais argumentos, infere-se que os países com melhor funcionamento do sistema financeiro, além de terem maior aporte de capital para serem concedidos às empresas, também possuem regulamentações específicas que priorizam a concessão de grandes financiamentos às organizações com maior engajamento em RSC, impulsionando sua prática no meio empresarial. Portanto, a partir da relação esperada entre estas vertentes, apresenta-se a seguinte hipótese:

H₃: empresas localizadas em países com melhor sistema financeiro apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa.

2.4 Tamanho do mercado

O tamanho do mercado (interno e externo) do qual as empresas do país têm acesso, é representado pelo somatório do consumo, investimento e exportações, admitindo-se a definição do World Economic Forum (2018). Considera-se que grandes mercados contribuem para a produtividade nacional, por meio da redução do custo unitário em economias de escala e além disso, percebe-se maior incentivo a inovação (World Economic Forum, 2018).

Ademais, mercados maiores têm o potencial de proporcionar externalidades positivas, quando o capital humano e a transmissão de conhecimento, incorporados para a geração de tecnologia ou conhecimento elevam os retornos de escala (World Economic Forum, 2018).

O tamanho do mercado frequentemente é associado, pelo meio acadêmico, com o nível de desenvolvimento do país. Quanto ao envolvimento das empresas em questões e práticas de RSC, existem diferenças fundamentais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Preuss *et al.*, 2016). Empresas em economias desenvolvidas, ou seja, com maiores mercados, são mais familiarizadas com questões de RSC daquelas atuando em países com o sistema econômico em desenvolvimento (Park & Ghauri, 2015), dado seu maior contato com mercados e produtos diferenciados e incentivo à inovação.

Achados em pesquisas anteriores demonstram que o produto interno bruto (PIB) do país afeta positivamente a maior divulgação de relatórios de RSC pelas empresas (Kühn *et al.*, 2018), enquanto o PIB *per capita* demonstra-se como um fator que eleva o nível de RSC do país (Halkos & Skouloudis, 2018).

Deste modo, da relação esperada entre estes fatores, emerge a seguinte hipótese:

H₄: empresas localizadas em países com maior tamanho do mercado apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa.

2.5 Capacidade de inovação

A capacidade de inovação de um país equivale a quantidade e qualidade em pesquisa e desenvolvimento formal auferidos. Ou seja, o estímulo dado pelo ambiente nacional a criatividade, diversidade, conectividade e colaboração, além da capacidade de transformar ideias em novos bens e serviços (World Economic Forum, 2018).

Considera-se que ambientes colaborativos, interdisciplinares e com elevada geração de conhecimento, apresentam maior capacidade em promover ideias inovadoras e novos modelos de negócios, impulsionando o crescimento econômico (World Economic Forum, 2018). Além disso, ambientes macroeconômicos mais inovadores e flexíveis são marcados pela maior aprendizagem social, pluralismo e diversidade, além de apresentarem melhores relacionamentos com as partes interessadas. Tais fatores, em conjunto, acarretam redução no custo unitário de diferentes tipos de economias em escala (Boulouta & Pitelis, 2014), o que pode impulsionar o maior engajamento das empresas em atividades relacionadas a RSC.

O setor empresarial apresenta-se como um fator chave para incentivar as transições de sustentabilidade referentes aos impasses ambientais e socioeconômicos que a sociedade vem enfrentando. Portanto, aliar a inovação com inquietações sobre a RSC oportuniza o desenvolvimento de soluções que podem aumentar o valor da empresa e promover a prosperidade social e ambiental (Halkos & Skouloudis, 2018). Resultados de pesquisas anteriores indicam uma relação positiva entre a capacidade de inovação do ambiente e adoção de RSC em nível de país (Halkos & Skouloudis, 2018). Este mesmo efeito também é confirmado em nível organizacional, em que a inclinação para inovação, representada pelo investimento das empresas em pesquisa e desenvolvimento (P&D), tem influência para maiores classificações em RSC (Amann *et al.*, 2012).

Ademais, o estudo de Lončar, Paunković, Jovanović e Krstić (2019), confirma a relação positiva existente entre a inovação do país (medida pelo Relatório de Competitividade Global) e a tendência das empresas aderirem à operações comerciais ecologicamente corretas (medida pelo número de registros na ISO 14001:2015).

Dessa forma, a relação entre estas vertentes é analisada conforme a seguinte hipótese:

H₅: empresas localizadas em países com maior capacidade de inovação apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa.

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como quantitativa, quanto ao problema, explicativa quanto aos objetivos e documental, considerando os procedimentos. O delineamento da população e amostra do estudo ocorreu por meio de quatro etapas, detalhadas na Tabela 1, em que os países e as respectivas empresas constam agrupados em dez regiões geográficas, conforme divisão adotada pela base CSRHub (2018).

Tabela 1. Composição da População e Amostra da Pesquisa em setembro de 2018

Região Geográfica	Países					Empresas				
	Total	Filtro 1	Filtro 2	Filtro 3	Filtro 4	Total	Filtro 1	Filtro 2	Filtro 3	Filtro 4
África	24	7	1	0	0	497	179	5	0	0
América do Norte	3	3	3	3	3	7.752	3.943	3.943	1.593	1.593
América do Sul	10	5	5	5	5	597	204	204	157	157
Ásia	8	8	5	5	5	2.910	1.305	1.299	1.071	1.071
Caribe	11	6	0	0	0	145	61	0	0	0
Europa	45	31	24	21	18	4.164	1.618	1.580	1.089	1.074
Oriente Médio	16	10	2	2	2	375	136	58	48	48
Pacífico	3	3	3	3	3	828	507	507	350	350
Sudeste Asiático	7	5	4	4	4	678	226	224	177	177
Sul da Ásia	5	4	4	3	1	478	164	164	137	128
Total	132	82	51	46	41	18.424	8.343	7.984	4.622	4.598

Fonte: CSRHub (2018)

Quanto à composição da população e amostra final do estudo, apresentada na Tabela 1, faz-se necessários alguns esclarecimentos:

Total: total de países e empresas constantes no site CSRHub em setembro de 2018.

Filtro 1: representa o total de países e empresas que continuam a efetiva avaliação do desempenho de RSC, na base CSRHub.

Filtro 2: representa o total de países e empresas que continuam todos os dados completos referente ao desempenho em RSC (CSRHub, 2018), pontuações dos fatores de competitividade do ambiente (Relatório de Competitividade Global, 2018) e índice de percepção da corrupção (Transparência Internacional, 2018).

Filtro 3: corresponde ao total de países e empresas que continuam, além dos dados anteriormente citados, os dados necessários para operacionalizar as variáveis de controle do estudo em nível de empresa (tamanho da empresa, concentração de propriedade, rentabilidade do ativo, internacionalização e setor econômico) (Thomson Reuters, 2018).

Filtro 4: com o intuito de proporcionar maior robustez à pesquisa, foram excluídos da amostra, os países com menos de 10 (dez) empresas, sendo: Hungria (3), Paquistão (6), Portugal (9), República Checa (3) e Sri Lanka (3).

Destaca-se que, dentre as dez regiões geográficas apresentadas pela base CSRHub, duas regiões não tiveram dados suficientes para permanecerem no estudo: África e Caribe. Desta forma, para atender ao objetivo da pesquisa, considerou-se como amostra final 4.598 empresas, pertencentes a 41 países.

A coleta de dados teve início pela variável dependente, realizada no site CSRHub. A referida base visa fornecer classificações consistentes de desempenho de responsabilidade social corporativa, para um amplo número de empresas em todo o mundo (CSRHub, 2018).

Na Tabela 2, é exposta a métrica da variável dependente utilizada na pesquisa.

Tabela 2. Descrição da variável dependente do estudo

Variável	Métrica	Autores de base
Índice de Desempenho em Responsabilidade Social Corporativa (IDRSC)	Índice de 0 a 100, composto a partir do ranking geral de desempenho em RSC da empresa em relação à comunidade, empregados, meio ambiente e governança, quanto mais próximo de 100, melhor.	Arminen, Puumalainen, Patari e Fellnhofer (2018) e Acabado <i>et al.</i> (2019).













Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A coleta das pontuações de desempenho em RSC das empresas foi realizada durante o mês de setembro de 2018 no site CSRHub (2018). Para determinada organização ser avaliada

e receber a pontuação, é exigido um número mínimo de fontes, dados e informações disponíveis para cada subcategoria. Neste estudo, utiliza-se o escore geral de RSC por empresa, cuja pontuação é composta por quatro categorias, subdivididas em doze subcategorias específicas (CSRHub, 2018).

Quanto aos fatores de competitividade do país, foram escolhidos os pilares que compõem o Relatório de Competitividade Global, divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, como forma de analisar o reflexo destes fatores macroeconômicos no desempenho em RSC das empresas. Na Tabela 3, são expostos os doze pilares do referido relatório.

Tabela 3 . Pilares que compõem o Relatório de Competitividade Global

	Pilar 1: Instituições		Pilar 7: Mercado de Produtos
	Pilar 2: Infraestrutura		Pilar 8: Mercado de Trabalho
	Pilar 3: Adoção de TIC		Pilar 9: Sistema Financeiro
	Pilar 4: Estabilidade Macroeconômica		Pilar 10: Tamanho do Mercado
	Pilar 5: Saúde		Pilar 11: Dinamismo Empresarial
	Pilar 6: Habilidades		Pilar 12: Capacidade de Inovação

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no RCG (2018).

Inicialmente, escolheram-se os pilares que, potencial e pressupostamente, estão relacionados mais diretamente com o ambiente de competitividade empresarial, conforme indícios constatados na literatura, com potenciais impactos sobre a RSC (grifos na Tabela 3).

Para atender ao pressuposto da multicolinearidade entre as variáveis independentes (Corrar, Paulo & Dias Filho, 2014), procedeu-se com a correlação entre os pilares selecionados do Relatório Competitividade Global, conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4. Correlações entre os pilares selecionados para a competitividade do ambiente, dados de 2018

	Pilar 1	Pilar 4	Pilar 8	Pilar 9	Pilar 10	Pilar 11	Pilar 12
Pilar 1	1						
Pilar 4	0,624**	1					
Pilar 8	0,846**	0,590**	1				
Pilar 9	0,859**	0,634**	0,878**	1			
Pilar 10	0,036**	0,103**	0,394**	0,327**	1		
Pilar 11	0,796**	0,612**	0,936**	0,866**	0,498**	1	
Pilar 12	0,759**	0,536**	0,806**	0,828**	0,492**	0,841**	1

** Significativo a 1%.

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 4, percebe-se que os pilares 1 e 11 apresentaram coeficientes de correlação fortes, ou seja, superiores a 0,7 (Fávero & Belfiore, 2017), com outros quatro pilares selecionados inicialmente (coeficientes grifados). Geralmente, a elevada correlação entre as variáveis independentes, a qual indica a multicolinearidade problemática, ocorre quando duas ou mais variáveis acabam explicando o mesmo fato e contêm informações similares, ocasionando dificuldades para separar o efeito de cada uma delas individualmente sobre a variável dependente e prejudicando a capacidade preditiva do modelo (Corrar, Paulo & Dias Filho, 2014).

Em nova análise dos subitens que compõem cada pilar selecionado, procedeu-se com o teste estatístico VIF, para o qual foi admitido o limite para multicolinearidade aceitável entre 1 e 10 (Corrar, Paulo & Dias Filho, 2014), optando-se pela exclusão dos pilares 1 e 11 para análise dos efeitos em relação ao desempenho em RSC.

Assim, a Tabela 5 contém as variáveis que compõem a competitividade do ambiente para efeitos deste estudo, coletadas no Relatório de Competitividade Global, edição de 2018, publicado em 16 de outubro de 2018 pelo Fórum Econômico Mundial.

Tabela 5. Descrição dos Fatores de Competitividade do Ambiente selecionados

Variáveis	Métrica	Autores de base
Estabilidade Macroeconômica (EM-P4)	Escala de 0 (pior) a 100 (melhor), calculada considerando subitens específicos referentes a estabilidade macroeconômica de cada país.	Preuss <i>et al.</i> (2016); Jamali <i>et al.</i> (2017).
Mercado de Trabalho (MT-P8)	Escala de 0 (pior) a 100 (melhor), calculada considerando subitens específicos referentes ao mercado de trabalho de cada país.	Chih <i>et al.</i> (2010); Preuss <i>et al.</i> (2016); Jamali <i>et al.</i> (2017).
Sistema Financeiro (SF-P9)	Escala de 0 (pior) a 100 (melhor), calculada considerando subitens específicos referentes ao sistema financeiro de cada país.	Jo <i>et al.</i> (2015); Jamali <i>et al.</i> (2017).
Tamanho do mercado (TM-P10)	Escala de 0 (pior) a 100 (melhor), calculada considerando subitens específicos referente ao tamanho do mercado de cada país.	Jamali <i>et al.</i> (2017).
Capacidade de Inovação (CI-P12)	Escala de 0 (pior) a 100 (melhor), calculada considerando subitens específicos referentes a capacidade de inovação de cada país.	Jamali <i>et al.</i> (2017); Halkos e Skouloudis (2018).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A partir de estudos anteriores, foram selecionadas variáveis referentes às características dos países e das empresas, que também podem impactar na variável dependente analisada (variáveis de controle), conforme Tabela 6.

Tabela 6. Descrição das Variáveis de Controle do estudo

Variáveis	Métrica	Autores de base
Índice de Percepção da Corrupção (IPC)	Escala de 0 a 100, sendo 0 igual a alto grau de percepção da corrupção e 100 alto grau de percepção de integridade no setor público.	Barkemeyer, Preuss e Ohana (2018); Kühn <i>et al.</i> (2018).
Origem Legal do País (OLP)	Variável <i>dummy</i> , sendo 1 para o país com sistema <i>common law</i> e 0 para <i>code law</i> .	La Porta, Lopez-de-Silanes e Shleifer (2008); Liang e Renneboog (2017).
Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural do valor contábil do ativo total.	Chih <i>et al.</i> (2010); Gamerschlag, Möller e Verbeeten (2011); Preuss <i>et al.</i> (2016).
Concentração de propriedade (CPRO)	Logaritmo natural do número de ações detidas por <i>insiders</i> .	Maniora (2017); Kolsi e Attayah (2018).
Rentabilidade do ativo (ROA)	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$	Reverte (2009); Chih <i>et al.</i> (2010); Pradhan e Nibedita (2019).
Internacionalização (INT)	$\frac{\text{Vendas externas}}{\text{Total de vendas}}$	Chakrabarty e Wang (2012); Preuss <i>et al.</i> (2016); Barkemeyer <i>et al.</i> (2018).
Sector econômico (SETOR)	Variável <i>dummy</i> 1 para empresas constantes no setor financeiro e 0, para os demais casos.	Shirodkar, Beddewela e Richter (2018); Kühn <i>et al.</i> (2018).

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Das variáveis de controle, expostas na Tabela 6, o índice de percepção da corrupção foi coletado do site da Transparência Internacional, considerando o ano de 2018 e as demais variáveis, foram coletadas na base de dados *Thomson Reuters*, referentes ao ano de 2017.

Ressalta-se que, a conciliação dos dados da pesquisa foi feita em planilhas eletrônicas do *Excel*, sendo a primeira etapa destinada a unificar as informações referentes ao desempenho em RSC das empresas e as variáveis de controle supracitadas, ambos em nível de empresa. Posteriormente, foram incluídas as pontuações dos países referentes aos fatores de competitividade do ambiente.

Para verificar a relação dos fatores de competitividade do ambiente e das variáveis de controle com o desempenho em RSC, utilizou-se o método de regressão linear múltipla com erros-padrão robustos. Para cada fator de competitividade do ambiente foram formuladas hipóteses de pesquisa (H_1, H_2, H_3, H_4 e H_5), cujo modelo de regressão utilizado para testá-las é o seguinte:

$$IDRSC_{it} = \beta_0 + \beta_1 EMP4_{it} + \beta_2 MTP8_{it} + \beta_3 SFP9_{it} + \beta_4 TMP10_{it} + \beta_5 CIP12_{it} + \beta_6 IPC_{it} + \beta_7 OLP_{it} + \beta_8 TAM_{it} + \beta_9 CPRO_{it} + \beta_{10} ROA_{it} + \beta_{11} INT_{it} + \beta_{12} SETOR_{it} + \varepsilon$$

Em seguida, adotou-se um modelo adicional incluindo somente as variáveis que apresentaram significância no modelo inicial, com intuito de proporcionar maior confiabilidade e robustez aos achados.

Ademais, foram atendidos todos os pressupostos aplicados a regressão linear múltipla, incluindo a multicolinearidade (teste VIF) e autocorrelação dos resíduos (teste *Durbin-Watson*) (Corrar, Paulo & Dias Filho, 2014). A normalidade dos dados foi verificada pelo teste Jarque-Bera e de forma conjunta, admitiu-se a premissa de normalidade para amostras maiores com base no Teorema do Limite Central (Gujarati, 2006). Para a homocedasticidade dos dados procedeu-se com o teste de *Breusch-Pagan*, sendo que os problemas identificados de heteroscedasticidade foram corrigidos mediante a correção de White ou também conhecida como regressão robusta (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados da aplicação da análise univariada e multivariada.

4.1 Análise univariada

Na Tabela 7 demonstra-se a estatística descritiva das variáveis do estudo. Inicialmente apresenta-se as pontuações mínimas e máximas de cada fator de competitividade (nível de país), com indicação dos respectivos países em ambos os casos (Painel A). Em seguida (Painel B), tem-se a média e o desvio padrão da variável dependente e as variáveis de controle quantitativas (nível de empresa).

Tabela 7 - Estatística descritiva para amostra com dados com base em setembro de 2018

Painel A	EM-P4	MT-P8	SF-P9	TM-P10	CI-P12
Mínimo	Argentina (44,9)	Argentina (50,7)	Grécia (49,4)	Luxemburgo (50)	Peru (31,9)
Máximo	Alemanha (100)	EUA (81,9)	EUA (92,1)	China (100)	Alemanha (87,5)
Painel B	IDRSC	TAM	CPRO	ROA	INT
Média	52,35	35.074,07	994,70	4,24	0,33
Desvio padrão	7,78	181309,13	16437,01	18,76	0,34

Fonte: dados da pesquisa.

Além das variáveis expostas na Tabela 7, identificou-se os valores do índice de percepção da corrupção (IPC) dos países, sendo que as menores pontuações da amostra correspondem a Federação Russa (28) e ao México (28) – mais corruptas, enquanto a nação com maior pontuação foi a Dinamarca (88) – mais transparente.

Quanto a origem legal, os países classificados como *common law* foram: Austrália, Canadá, Emirados Árabes Unidos, EUA, Índia, Irlanda, Malásia, Nova Zelândia e Reino Unido. Ademais, a amostra divide-se em 982 empresas financeiras (21,36%) e 3.616 não financeiras (78,64%).

4.2 Análise multivariada

A Tabela 8 apresenta os resultados da influência dos fatores de competitividade do ambiente e das variáveis de controle no desempenho em RSC das empresas.

Tabela 8. Coeficientes de regressão para amostra com dados com base em setembro de 2018

Variáveis	Modelo 1	Modelo 2
EM-P4 (Estabilidade Macroeconômica)	0,045*	0,047**
MT-P8 (Mercado de Trabalho)	-0,199***	-0,201***
SF-P9 (Sistema Financeiro)	-0,053*	-0,052*
TM-P10 (Tamanho do Mercado)	-0,117***	-0,118***
CI-P12 (Capacidade de Inovação)	0,109***	0,108***
IPC (Índice de Percepção da Corrupção)	-0,049***	-0,050***
OLP (Origem Legal do País)	1,801***	1,788***
TAM (Tamanho da Empresa)	3,292***	3,302***
CPRO (Concentração de Propriedade)	0,020	
ROA (Rentabilidade)	-0,016***	-0,016***
INT (Internacionalização)	3,391***	3,388***
SETOR (Setor Financeiro)	-1,816***	-1,826***
(Constante)	58,532***	58,643***
Observações	4.598	4.598
R ² ajustado	0,1917	0,1916
Estatística F	106,36	114,94
Prob > F	0,0000	0,0000
Durbin Watson	1,677	1,677
VIF	<7,75	<7,55

*** Significativo a 1%; ** Significativo a 5%; * Significativo a 10%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como pode ser observado na Tabela 8, adotou-se dois modelos de regressão para analisar a influência dos fatores de competitividade do ambiente e das variáveis de controle do estudo. No primeiro, utilizou-se todas as variáveis e no segundo apenas as que apresentaram significância estatística. Portanto, as discussões e inferências serão conduzidas a partir do modelo final (modelo 2).

Considerando os fatores de competitividade do ambiente analisados, foram averiguadas influências positivas da estabilidade macroeconômica (EM-P4) e da capacidade de inovação (CI-P12) sobre o desempenho em RSC das empresas. Dessa forma, os resultados auferidos possibilitam afirmar que empresas inseridas em países com baixos níveis de inflação e adequada sustentabilidade da política fiscal nacional (World Economic Forum, 2018), apresentam maiores desempenhos em RSC. Tal achado corrobora o estudo de Chih *et al.* (2010), ao analisar a possibilidade de a organização compor carteiras específicas de RSC.

Quanto a capacidade de inovação, os achados permitem inferir que organizações inseridas em países onde há bons níveis de pesquisa e desenvolvimento formal, em quantidade e qualidade, além da colaboração, conectividade, criatividade e diversidade serem amplamente estimuladas (World Economic Forum, 2018), apresentam maiores desempenhos em RSC. Este resultado corrobora com as pesquisas de Halkos e Skouloudis (2018) e Amann *et al.* (2012), os quais avaliaram a RSC em nível de país e as classificações das empresas em aspectos de RSC, respectivamente.

Em contrapartida, percebe-se que o mercado de trabalho (MT-P8), sistema financeiro (SF-P9) e o tamanho do mercado (TM-P10) apresentaram influências negativas sobre o

desempenho em RSC. Destes achados, pode-se inferir que empresas inseridas em contextos onde o mercado de trabalho apresenta um bom funcionamento, com aproveitamento dos recursos humanos disponíveis (World Economic Forum, 2018), demonstram menores desempenhos em RSC. Tal achado diverge dos estudos de Chih *et al.* (2010) sobre a possibilidade de a empresa compor carteiras específicas de RSC e de Preuss *et al.* (2016), em análise da adoção de códigos de conduta por parte das firmas.

Também é possível constatar que empresas pertencentes a países onde há uma adequada estabilidade do sistema financeiro, com disponibilidade de crédito e demais produtos financeiros (World Economic Forum, 2018), apresentaram menores desempenhos em RSC. De forma semelhante, companhias pertencentes aos países pontuados com grandes mercados, tanto interno como externo, apresentam menores desempenhos em RSC. Este resultado não é consistente com os estudos de Kühn *et al.* (2018) e Halkos e Skouloudis (2018), os quais avaliaram a divulgação de informações de RSC e a RSC em nível de país, respectivamente.

Quanto as variáveis de controle, verificou-se influências positivas do tamanho (TAM) e internacionalização (INT) sobre o desempenho em RSC. Referente ao tamanho, pode-se dizer que empresas maiores apresentam maior desempenho em RSC, corroborando com resultados de diversos estudos anteriores (Reverte, 2009; Gamerschlag *et al.*, 2011; Wang, Song & Yao, 2013; Kühn *et al.*, 2018; Pradhan & Nibedita, 2019; Acabado *et al.*, 2019).

Os achados também sugerem que empresas com maior grau de internacionalização tem maior desempenho em RSC, sendo consistente com os achados de Chakrabarty e Wang (2012) e Cheung, Kong, Tan & Wang (2015). Comumente, empresas que buscam obter ou manter negócios com companhias no exterior, são pressionadas a adotar práticas mais consistentes de RSC (Cheung *et al.*, 2015).

A variável que classifica os países em *common law* e *code law* (OLP) também influenciou positivamente a variável dependente. Ou seja, empresas de países *common law* (1), apresentam maiores desempenhos em RSC. Este resultado é consistente com o estudo de Jackson e Apostolakou (2010), sob o argumento de que em economias de mercado mais liberais, a adoção de práticas voluntárias de RSC tende a atuar como substituto para meios institucionalizados de atender as partes interessadas da firma.

Contrariamente, foram percebidas influências negativas do índice de percepção da corrupção (IPC), da rentabilidade (ROA) e do setor financeiro (SETOR) sobre o desempenho em RSC. Considerando o índice de percepção da corrupção, percebe-se que empresas pertencentes a países altamente corruptos (menor pontuação) apresentam maiores desempenhos em RSC. Este achado corrobora com o argumento de Lopatta, Jaeschke, Tchikov & Lodhia (2017), de que as empresas podem se utilizar de estratégias corporativas que proporcionem bons desempenhos em RSC, para minimizar a sua exposição a corrupção.

Também verificou-se que empresas menos rentáveis tendem a ter maiores desempenhos em RSC, corroborando com Reverte (2009). Infere-se que empresas com investimentos em atividades de RSC adquirem custos adicionais em decorrência de tais iniciativas, optando por vezes, em reinvestir os lucros no próprio negócio para suprir este acréscimo aos custos (Pradhan & Nibedita, 2019).

Os resultados indicam, ainda, que empresas pertencentes ao setor financeiro apresentam menores desempenhos em RSC, corroborando Kühn *et al.* (2018), Gamerschlag *et al.* (2011) e Acabado *et al.* (2019). Este achado pode estar relacionado ao menor impacto ambiental causado na sociedade por este setor (Kühn *et al.*, 2018; Acabado *et al.*, 2019). Por fim, a concentração de propriedade (CPRO) não apresentou significância estatística, não sendo possíveis maiores inferências desta variável sobre o desempenho em RSC.

4.3 Discussão dos resultados

Nesta seção, almeja-se discutir e apontar os significados dos resultados auferidos nos modelos de regressão expostos na seção 4.2, utilizando-se do alinhamento teórico esperado, além de indícios e evidências encontradas na literatura para validar ou não as hipóteses previamente propostas no estudo. Na Tabela 9, são expostos os resultados esperados e obtidos para cada hipótese formulada inicialmente.

Tabela 9. Síntese dos resultados do estudo

Hipóteses	Variáveis	Sinal esperado	Sinal obtido	Significante?	Resultados
H1	Estabilidade Macroeconômica (EM-P4)	(+)	(+)	Sim	Não rejeita
H2	Mercado de Trabalho (MT-P8)	(+)	(-)	Sim	Rejeita
H3	Sistema Financeiro (SF-P9)	(+)	(-)	Sim	Rejeita
H4	Tamanho do mercado (TM-P10)	(+)	(-)	Sim	Rejeita
H5	Capacidade de Inovação (CI-P12)	(+)	(+)	Sim	Não rejeita

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Dessa forma, admitindo-se as hipóteses formuladas sobre os fatores de competitividade do ambiente, na H_1 (empresas localizadas em países com maior estabilidade macroeconômica apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa), os resultados dão suporte para a sua não rejeição. E, portanto, indicam que ambientes marcados por uma adequada estabilidade macroeconômica, proporcionam maior amparo para o desenvolvimento de atividades empresariais ligadas a RSC (Chih *et al.*, 2010).

Quanto as hipóteses H_2 (empresas localizadas em países com melhor mercado de trabalho apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa), H_3 (empresas localizadas em países com melhor sistema financeiro apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa) e H_4 (empresas localizadas em países com maior tamanho do mercado apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa) notam-se divergências entre os sinais esperados e obtidos, apesar das significâncias estatísticas obtidas. Portanto, os resultados remetem a rejeição das referidas hipóteses.

Apesar de tais achados indicarem sentidos contrários ao esperado, ainda permitem inferir que empresas pertencentes a países com mercados de trabalho menos eficientes, sistemas financeiros menos eficientes e mercados menores apresentam maiores desempenhos em RSC. Estes resultados podem estar alinhados com o que propõem os estudos de Jackson e Apostolakou (2010) e Preuss *et al.* (2016), de que na situação em que o ambiente do país não ofereça sistemas de regulação suficiente, desenvolvimento institucional adequado e formas desenvolvidas de participação das partes interessadas, as empresas terão maiores necessidades de realizar atividades de RSC, com o intuito de suprir tais deficiências institucionais. Tal fenômeno é denominado pelos referidos autores, como efeito substituto. Desse modo, parece plausível inferir que empresas localizadas em nações com mercados de trabalho e sistemas financeiros menos eficientes, além de mercados menores, poderão ter maior envolvimento com questões de RSC, com a finalidade de suprir as possíveis deficiências identificadas no ambiente institucional destes países.

Já em relação a H_5 (empresas localizadas em países com maior capacidade de inovação apresentam maior desempenho em Responsabilidade Social Corporativa), os resultados fornecem suporte para a não rejeição da referida hipótese. Dessa forma, admite-se que o estímulo nacional à criatividade, diversidade, conectividade, colaboração e a capacidade de

transformar ideias em bens e serviços (World Economic Forum, 2018), contribuem positivamente para um maior engajamento empresarial em questões de RSC. Este achado sustenta argumentos de que, em ambientes mais inovadores e flexíveis, percebe-se maior aprendizagem social, pluralismo, diversidade e melhores relacionamentos com as partes interessadas, sendo que tais fatores podem contribuir com diversos segmentos econômicos (Boulouta & Pitelis, 2014), bem como, promover maior envolvimento das empresas com atividades socialmente responsáveis. Além disso, defende-se que a combinação entre inovação e aspectos relacionados a RSC podem promover o desenvolvimento de soluções com potencial de aumentar o valor da empresa, ao mesmo tempo que atendem às necessidades sociais e ambientais (Halkos & Skouloudis, 2018).

Diante das discussões apresentadas em cada uma das hipóteses de pesquisa, ficam algumas constatações acerca dos achados do estudo a serem destacadas. Primeiramente, os resultados auferidos ratificam posicionamentos teóricos, de que o amparo concedido às empresas constantes em países marcados por maior estabilidade macroeconômica, além da aprendizagem social e diversidade presentes em nações com alta capacidade de inovação, refletem em maiores desempenhos em RSC. Dessa forma, a contribuição da pesquisa relaciona-se com evidências empíricas sobre o potencial das referidas características macroeconômicas atuarem como impulsionadoras das atividades empresariais socialmente responsáveis.

Em contrapartida, os resultados obtidos para os fatores mercado de trabalho, sistema financeiro e tamanho de mercado foram divergentes aos pressupostos teóricos prévios, de que países com altas pontuações nestas três vertentes propiciariam maior suporte para o desenvolvimento de práticas empresariais voltadas a RSC. Dessa maneira, fazem-se necessárias averiguações futuras a respeito destas características em relação a RSC, dada a divergência apontada, sendo que a contribuição do estudo nesse sentido é reforçar o pressuposto de que empresas constantes em países com pior mercado de trabalho, pior sistema financeiro e caracterizados por mercados menores, tendem a utilizar a RSC como mecanismo substituto às deficiências identificadas nestes três aspectos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicaram que os fatores de competitividade do ambiente influenciam de formas distintas o comportamento empresarial socialmente responsável. A estabilidade macroeconômica e a capacidade de inovação do país, demonstraram-se como impulsionadores do engajamento empresarial em quesitos relacionados a comunidade, empregados, meio ambiente e governança. Comprovando assim, a contribuição da estabilidade macroeconômica para o desenvolvimento de iniciativas empresariais socialmente responsáveis e indicando que, empresas, sociedade e demais partes interessadas, podem ser amplamente beneficiadas com a combinação entre RSC e inovação.

Contrariamente, as influências negativas averiguadas dos fatores referentes ao mercado de trabalho, sistema financeiro e tamanho do mercado sobre o desempenho em RSC das organizações, podem indicar que, em certas situações, as empresas precisam responder de forma contrária às deficiências percebidas no contexto nacional, investindo em mais práticas de RSC como forma de substituto do amparo que deveria existir nestes ambientes.

Como contribuição teórica do estudo, as evidências permitem afirmar que fatores de competitividade do ambiente, especificamente estabilidade macroeconômica, mercado de trabalho, sistema financeiro, tamanho de mercado e capacidade de inovação, têm o potencial de impactar nas decisões corporativas socialmente responsáveis e, portanto, devem ser considerados como determinantes da RSC.

Destaca-se a contribuição prática destes achados para empresas que almejam expandir seus negócios para outros países, já que o conhecimento prévio de fatores que moldam o contexto nacional pode auxiliar na formulação de estratégias empresariais que viabilizem continuidade dos negócios em determinada nação.

Dessa forma, conhecer aspectos relacionados a competitividade do ambiente dos países pode propiciar a oportunidade das empresas selecionar adequadamente países e regiões que tenham capacidade de atuar, conhecendo as adversidades legais, institucionais e econômicas, as quais terão que se adaptar, bem como, as diversas expectativas das partes interessadas em relação ao cumprimento de questões de RSC.

Nesse sentido, aponta-se por meio dos achados da pesquisa que em sociedades com maior estabilidade macroeconômica e maior capacidade de inovação, a exemplo da Alemanha, as empresas domésticas tendem a se envolver mais fortemente com questões de RSC, pressionando as competidoras multinacionais a agirem de forma semelhante. Comportamento empresarial socialmente responsável também averiguado em países com mercado de trabalho e sistema financeiro piores e menor tamanho de mercado, tais como: Argentina, Grécia e Luxemburgo, respectivamente.

Como contribuição social, os resultados do estudo alertam para a necessidade de empresas pertencentes às sociedades com menor estabilidade macroeconômica (Argentina), menor capacidade de inovação (Peru), melhor mercado de trabalho (EUA), melhor sistema financeiro (EUA) e maior tamanho de mercado (China), intensificarem suas políticas e práticas voltadas a RSC, contribuindo com a melhoria das esferas social, ambiental e econômica.

O estudo limitou-se a analisar o impacto de fatores de competitividade do ambiente sobre o desempenho em RSC total, ressaltando que este é composto por quatro principais categorias, sendo elas: comunidade, empregados, meio ambiente e governança. A depender do contexto que em que a empresa está inserida, as exigências pelo cumprimento de quesitos específicos relacionados a RSC podem alterar-se consideravelmente, pressionando as organizações a ter maiores ou menores envolvimento em determinadas áreas de RSC.

Desse modo, recomenda-se para ampliação desse estudo, considerar a influência de fatores de competitividade do ambiente sobre as categorias específicas que compõem o desempenho em RSC analisado, buscando explicações das possíveis diferenças no comportamento empresarial nesse sentido.

Especificamente quanto à evolução de pesquisas a partir dos achados deste estudo, recomenda-se maiores averiguações dos fatores de competitividade do ambiente referentes ao mercado de trabalho, sistema financeiro e tamanho de mercado, os quais carecem de novas investigações quanto aos seus efeitos sobre a RSC, tendo em vista a direção contrária às expectativas averiguada nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Acabado, D. R., Branca, A. S., Catalão-Lopes, M., & Pina, J. P. (2019). Do Distinct CSR Categories have Distinct Determinants? The Roles of Market Structure and Firm Size. *European Management Review*, 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1111/emre.12341>
- Amann, B., Jaussaud, J., & Martinez, I. (2012). Corporate social responsibility in Japan: Family and non-family business differences and determinants. *Asian Business & Management*, 11(3), 329-345. DOI: <https://doi.org/10.1057/abm.2012.6>

- Arminen, H., Puumalainen, K., Pätäri, S., & Fellnhofer, K. (2018). Corporate social performance: Inter-industry and international differences. *Journal of cleaner production*, 177, 426-437. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.12.250>
- Barkemeyer, R., Preuss, L., & Ohana, M. (2018). Developing country firms and the challenge of corruption: Do company commitments mirror the quality of national-level institutions?. *Journal of Business Research*, 90, 26-39. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.04.025>
- Boulouta, I., & Pitelis, C. N. (2014). Who needs CSR? The impact of corporate social responsibility on national competitiveness. *Journal of business ethics*, 119(3), 349-364. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-013-1633-2>
- Campbell, J. L. (2007). Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of management Review*, 32(3), 946-967. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.2007.25275684>
- Chakrabarty, S., & Wang, L. (2012). The long-term sustenance of sustainability practices in MNCs: A dynamic capabilities perspective of the role of R&D and internationalization. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 205-217. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1422-3>
- Cheung, Y. L., Kong, D., Tan, W., & Wang, W. (2015). Being good when being international in an emerging economy: The case of China. *Journal of Business Ethics*, 130(4), 805-817. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2268-7>
- Chih, H. L., Chih, H. H., & Chen, T. Y. (2010). On the determinants of corporate social responsibility: International evidence on the financial industry. *Journal of Business Ethics*, 93(1), 115-135. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0186-x>
- Corrar, L. J., Paulo, E., & Dias Filho, J. M. (2014). *Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas.
- Crisóstomo, V. L., & Oliveira, M. R. (2016). Uma análise dos determinantes da responsabilidade social das empresas brasileiras. *Brazilian business review*, 13(4), 75-97. DOI: <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2016.13.4.4>
- CSRHub. (2018). *Sustainability management tools*. Recuperado em 20 setembro, 2018, de <http://www.csrhub.com>.
- Duran, J. J., & Bajo, N. (2014). Institutions as determinant factors of corporate responsibility strategies of multinational firms. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(6), 301-317. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1308>
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gamerschlag, R., Möller, K., & Verbeeten, F. (2011). Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. *Review of Managerial Science*, 5(2-3), 233-262. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11846-010-0052-3>
- Gujarati, D. N. (2006). *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Halkos, G., & Skouloudis, A. (2016). National CSR and institutional conditions: An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, 139, 1150-1156. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.07.047>
- Halkos, G., & Skouloudis, A. (2017). Revisiting the relationship between corporate social responsibility and national culture: A quantitative assessment. *Management decision*, 55(3), 595-613. DOI: <https://doi.org/10.1108/md-12-2016-0868>
- Halkos, G., & Skouloudis, A. (2018). Corporate social responsibility and innovative capacity: Intersection in a macro-level perspective. *Journal of cleaner production*, 182, 291-300. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.022>
- Heal, G. (2005). Corporate social responsibility: An economic and financial framework. *The Geneva papers on risk and insurance-Issues and practice*, 30(3), 387-409. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.642762>
- Ho, F. N., Wang, H. M. D., & Vitell, S. J. (2012). A global analysis of corporate social performance: The effects of cultural and geographic environments. *Journal of business ethics*, 107(4), 423-433. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1047-y>
- Jackson, G., & Apostolakou, A. (2010). Corporate social responsibility in Western Europe: an institutional mirror or substitute?. *Journal of business ethics*, 94(3), 371-394. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-009-0269-8>
- Jamali, D., Karam, C., Yin, J., & Soundararajan, V. (2017). CSR logics in developing countries: Translation, adaptation and stalled development. *Journal of World Business*, 52(3), 343-359. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2017.02.001>
- Jo, H., Kim, H., & Park, K. (2015). Corporate environmental responsibility and firm performance in the financial services sector. *Journal of business ethics*, 131(2), 257-284. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2276-7>
- Kolsi, M. C., & Attayah, O. F. (2018). Environmental policy disclosures and sustainable development: Determinants, measure and impact on firm value for ADX listed companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 807-818. DOI: <https://doi.org/10.1002/csr.1496>

- Kühn, A. L., Stiglbauer, M., & Fifka, M. S. (2018). Contents and determinants of corporate social responsibility website reporting in Sub-Saharan Africa: A seven-country study. *Business & Society*, 57(3), 437-480. DOI: <https://doi.org/10.1177/0007650315614234>
- Laasch, O., & Conaway, R. N. (2015). *Fundamentos da gestão responsável: sustentabilidade, responsabilidade e ética*. São Paulo: Cengage Learning.
- La Porta, R., Lopez-de-Silanes, F., & Shleifer, A. (2008). The economic consequences of legal origins. *Journal of economic literature*, 46(2), 285-332. DOI: <https://doi.org/10.1257/jel.46.2.285>
- Liang, H., & Renneboog, L. (2017). On the foundations of corporate social responsibility. *The Journal of Finance*, 72(2), 853-910. DOI: <https://doi.org/10.1111/jofi.12487>
- Lončar, D., Paunković, J., Jovanović, V., & Krstić, V. (2019). Environmental and social responsibility of companies cross EU countries—Panel data analysis. *Science of The Total Environment*, 657, 287-296. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2018.11.482>
- Lopatta, K., Jaeschke, R., Tchikov, M., & Lodhia, S. (2017). Corruption, corporate social responsibility and financial constraints: International firm-level evidence. *European Management Review*, 14(1), 47-65. DOI: <https://doi.org/10.1111/emre.12098>
- Maniora, J. (2017). Is integrated reporting really the superior mechanism for the integration of ethics into the core business model? An empirical analysis. *Journal of Business Ethics*, 140(4), 755-786. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2874-z>
- Observatório Internacional Sebrae. (2019). Recuperado em 18 junho, 2019, de <http://ois.sebrae.com.br/publicacoes/relatorio-de-competitividade-global-2018/>.
- Önsel, Ş., Ülengin, F., Ulusoy, G., Aktaş, E., Kabak, Ö., & Topcu, Y. I. (2008). A new perspective on the competitiveness of nations. *Socio-Economic Planning Sciences*, 42(4), 221-246. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.seps.2007.11.001>
- Park, B. I., & Ghauri, P. N. (2015). Determinants influencing CSR practices in small and medium sized MNE subsidiaries: A stakeholder perspective. *Journal of World Business*, 50(1), 192-204. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2014.04.007>
- Pradhan, A. K., & Nibedita, B. (2019). The Determinants of Corporate Social Responsibility: Evidence from Indian Firms. *Global Business Review*, 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1177/0972150918814318>
- Preuss, L., Barkemeyer, R., & Glavas, A. (2016). Corporate social responsibility in developing country multinationals: identifying company and country-level influences. *Business Ethics Quarterly*, 26(3), 347-378. DOI: <https://doi.org/10.1017/beq.2016.42>

São Paulo, 29 a 31 de Julho de 2020

Reverte, C. (2009). Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of business ethics*, 88(2), 351-366. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-008-9968-9>

Scholtens, B. (2006). Finance as a driver of corporate social responsibility. *Journal of business ethics*, 68(1), 19-33. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9037-1>

Scott, B. R. (1985) *Competitiveness: Concepts, performance, and implications*. In B. R. Scott & G. Lodge (Eds.). *U.S. Competitiveness in the World Economy*. Boston: Harvard Business School Press.

Shirodkar, V., Beddewela, E., & Richter, U. H. (2018). Firm-level determinants of political CSR in emerging economies: evidence from India. *Journal of business ethics*, 148(3), 673-688. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3022-0>

Thanetsunthorn, N., & Wuthisatian, R. (2018). Cultural configuration models: corporate social responsibility and national culture. *Management Research Review*, 41(10), 1137-1175. DOI: <https://doi.org/10.1108/MRR-08-2017-0254>

Transparência Internacional. (2019). *Índice de Percepção da Corrupção 2018*. Recuperado em 25 fevereiro, 2019, de <https://www.ipc.transparenciainternacional.org.br/>.

Wang, J., Song, L., & Yao, S. (2013). The determinants of corporate social responsibility disclosure: evidence from China. *Journal of Applied Business Research (Jabr)*, 29(6), 1833-1848. DOI: <https://doi.org/10.19030/jabr.v29i6.8220>

World Economic Forum. (2018). *The Global Competitiveness Report*. Recuperado em 07 fevereiro, 2019, de <https://www.weforum.org/reports/the-global-competitiveness-report-2018>.

World Economic Forum. (2017). *What exactly is economic competitiveness?*. Recuperado em 02 fevereiro, 2019, de <https://www.weforum.org/agenda/2017/09/what-is-economic-competitiveness/>.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo que contribuiu na realização da pesquisa.